

# Das estruturas cognitivas às representações sociais

JOSÉ MARQUES \*

## 1. INTRODUÇÃO

A noção de *representação social* é proposta por Moscovici (1961) para traduzir um sistema de comportamentos e de expressões simbólicas que medeiam entre os indivíduos e o seu contexto social. Trata-se de um processo através do qual a complexidade das relações presentes na estrutura social se torna acessível ao «homem-comum». Uma representação social será, pelo menos em alguns aspectos, o equivalente do Mito nas sociedades não-ocidentais (Moscovici, 1982a): um sistema explicativo e justificativo de determinados objectos com relevância social e de um conjunto de relações entre esses objectos.

O objectivo desta exposição não é o de rever a literatura no domínio das representações sociais<sup>(1)</sup> mas sim de propôr uma abordagem possível desta noção e de iniciar uma linha de análise ligada a esta abordagem.

\* Psicólogo Social. Assistente na Faculdade de Psicologia da Universidade Católica de Lovaina

(1) O leitor interessado referir-se-á aos trabalhos de Herlich (1972) e de Moscovici (1982a, 1982b).

Sendo um conjunto de comportamentos e de expressões simbólicas, a representação social pode ser estudada segundo duas vias: uma, ligada ao modo como regula os comportamentos colectivos e as relações intergrupos; outra, ligada à compreensão do funcionamento semântico (termo que preferimos utilizar em vez de «simbólico»), ou seja, ao modo como se organizam cognitivamente esses conhecimentos que tornam a realidade social acessível ao indivíduo<sup>(2)</sup>.

Di Giacomo (1980, 1981) apresenta um estudo centrado essencialmente sobre o primeiro aspecto — o papel das representações sociais na regulação dos comportamentos colectivos. Como o mostra este autor, os membros de um grupo social reconhecem-se enquanto tais, em termos da distância que julgam existir entre si e outros grupos sociais. Esta distância vai determinar o comportamento colectivo desses indivíduos, mesmo contraditoriamente com as opiniões verbais que manifestam (Di Giacomo, 1980).

(2) Uma tal distinção é puramente pragmática, já que os dois aspectos estão interligados.

No que respeita aos aspectos semânticos, trata-se de conhecer, por um lado, a organização interna de uma representação e, por outro, de saber de que modo essa organização se articula com a estrutura social. Noutros termos, trata-se de saber o que é uma *representação* e o que é que a torna *social*. É sobre a possibilidade de responder a esta questão que trata o presente artigo.

### 1.1 *Representações sociais como modelos cognitivos da estrutura social*

Se aceitarmos que uma representação social é o equivalente de um mito, nas sociedades industrializadas (Moscovici, *op. cit.*), podemos admitir também que se trata de um *modelo* sócio-cognitivo de uma estrutura social. Noutros termos, de uma versão estilizada e explicativa de um sistema de relações sociais. Estilizado e explicativo, porque um tal modelo implica a existência de categorias de pessoas, de objectos e de acontecimentos que são abstraídas no interior da estimulação a que o indivíduo está exposto no seu quotidiano. A representação social será, por assim dizer, a organização da informação retirada dessa estimulação quotidiana. Ela determinará, ao mesmo tempo, a informação a retirar da estimulação subsequente (cfr. Moscovici, 1982a, 1982b). Noutros termos, a representação social será forjada a partir de um processo de categorização e determinará ela mesma, as categorizações feitas pelos indivíduos. Como perspectivar a *categorização social*?

Como o sugere Tajfel (1972) a categorização social implica a percepção de uma descontinuidade no tecido social, pela formação de «conglomerados» de indivíduos que ocupam, segundo a perspectiva daquele que julga, uma posição semelhante no seio da sociedade. Estes «conglomerados» serão referidos por «etiquetas» correspondentes a diferentes categorias. Este processo produz uma tendência a aumentar a percepção de semelhanças entre os membros de uma mesma categoria social e, ao mesmo tempo, de diferenças entre membros de categorias sociais diferentes. As estruturas de conhecimento formadas a partir deste processo

aumentam consideravelmente a capacidade de inferência do indivíduo. Basta-lhe saber que uma pessoa «pertence» a uma determinada categoria social para que imediatamente lhe possa atribuir uma série de características dessa categoria com um grau elevado de certeza (Hamilton, 1979, 1981; Hamilton e Gifford, 1976) ou «probabilidade subjectiva» (Kahneman e Tversky, 1971). Como definir uma categoria cognitiva?

### 1.2 *A organização intra-categorial*

Como o sugere Rosch (1977, 1978) uma categoria é representada por um conjunto de atributos semânticos que formam o seu conteúdo e determinam a sua significação. A perspectivação de uma categoria semântica como um conjunto de atributos implica que a pertença de uma instância à categoria é definida pelo número de atributos dessa categoria que ela apresenta (Smith, Shoben e Rips, 1974). No entanto, existem atributos que são mais *típicos* ou representativos de uma categoria do que outros. Estes atributos formam aquilo a que Rosch (1973, 1977, 1978) chama um *protótipo categorial*. Uma instância prototípica da categoria é aquela que apresenta todos os atributos exclusivos dessa categoria e que não apresenta atributos de outras<sup>(3)</sup>. O protótipo é uma abstracção da categoria, já que continua a representá-la mesmo se não estiver presente enquanto tal, em nenhuma das suas instâncias (Rosch e Mervis, 1975). No interior de cada categoria existe um *continuum* de «tipicalidade», no qual se distribuem os seus atributos<sup>(4)</sup>. O protótipo funciona como valor preditivo, quer no que respeita à probabilidade subjectiva com que uma instância é atribuída a uma categoria (o sr. «x» à categoria «X» de

(3) Segundo esta óptica, «golfinho», «baleia» ou «ornitorrinco» são exemplares (ou instâncias) atípicos da categoria «Mamífero», por exemplo (cfr. Rips *et al.*, 1973).

(4) O leitor poderá encontrar revisões extensivas da evidência empírica destes fenómenos em Bourne *et al.* (1979), Lindsay e Normann (1977), Rosch (1978) ou Smith *et al.* (1974).

indivíduos), quer no que respeita à possibilidade de inferir os atributos de uma instância a partir do conhecimento sobre a sua pertença categorial — os atributos mais típicos dessa categoria serão, para o indivíduo, os que mais provavelmente caracterizam essa instância<sup>(5)</sup>.

### 1.2.1 *Categorias naturais e categorias sociais*

No caso de categorias «naturais» (Rosch e Mervis, 1975) é fácil de admitir que o que dá um carácter prototípico a alguns dos seus atributos é a forte correlação entre as ocorrências desses atributos nas instâncias da categoria (Rosch, 1977). Por exemplo, todos sabemos intuitivamente que existe uma forte probabilidade de co-ocorrência dos atributos «ter asas», «voar», «ter penas», «pousar nos ramos das árvores», etc., e que estes atributos são altamente representativos da categoria «Ave». Tal facto poder-se-á explicar pela grande frequência com que nos é dado observar aves que apresentem todas essas características, como «pardais», «pombos» ou «canários», mais do que «pinguins» ou «avestruzes». Estas últimas, por serem raras no nosso ambiente físico serão, para nós, menos típicas dessa categoria (Rosch, 1977)<sup>(6)</sup>. No caso das categorias «naturais» existe então uma certa dependência objectiva entre o «mundo real» e o que é representado. Poderemos dizer que o mesmo se passa para as categorias «sociais»? A resposta será, eventualmente, «sim», mas essa dependência é menos forte.

Se admitirmos, como no caso da representação social, que a categorização social desempenha uma função justificativa e explicativa de uma situação social (de um sistema de relações sociais entre grupos), é possível que as caracte-

terísticas atribuídas aos membros de uma categoria social sejam fundamentalmente conotativas e, em última análise, apenas «pseudo-denotativas» (Marques, 1983).

Como o mostram os trabalhos de Sherif *et al.* (1961; cfr. também Sherif e Sherif, 1969), as características atribuídas pelos membros de um grupo aos de outro grupo rival, por exemplo, são mais negativas do que as que são atribuídas ao próprio grupo mesmo que os comportamentos de ambos sejam idênticos. O que no *ingroup* é «heroísmo» ou «previdência económica», por exemplo, no *outgroup* é «inconsciência» ou «avareza»<sup>(7)</sup>. Mas mesmo que não se possa, neste caso, falar em protótipos decorrentes da observação<sup>(8)</sup> de ocorrências reais, nada nos impede de perspectivar a sua organização igualmente em torno de protótipos (Ashmore e Del Boca, 1981). Tais protótipos podem também resultar de frequências de ocorrência de mensagens que circulam no interior de um grupo social (cfr. Tajfel e Forgas, 1982).

Em resumo, enquanto o protótipo de uma categoria «natural» é gerado a partir da probabilidade de observação de fenómenos reais, um protótipo social resultará da atribuição consensual de certas características à generalidade das instâncias de uma categoria. Uma categoria social é assim susceptível de uma variabilidade mais elevada do que uma categoria «natural», variabilidade que se manifesta através dos grupos sociais presentes numa situação para a qual essa categoria é relevante. Essa variabilidade será tanto maior quanto maiores forem as diferenças entre os sistemas normativos desses grupos. A génese

(5) A tautologia aparente neste raciocínio não deixa de o tornar frequente e altamente resistente à mudança, como o mostram trabalhos como os de Leyens (1983) e de Nisbett e Ross (1980).

(6) Par além disso, algumas delas, não apresentando todos os atributos prototípicos da categoria (por exemplo «voar») apresentam ainda outros atributos relativamente típicos de outras categorias (por exemplo «nadar»).

(7) É, por exemplo, o que se passou durante a II Guerra Mundial em relação à percepção social do «absentismo» nas fábricas dos países aliados e dos países ocupados. Os mesmos comportamentos de ausência ao trabalho eram encarados como prova de «resistência» ou de «traição» segundo o grupo de pertença dos indivíduos que os julgavam — pró-nazis ou pró-aliados (Miguez, 1984).

(8) Já que se trata de um processo predominantemente interpretativo enquanto no caso das categorias naturais a formação de um protótipo decorrerá de um processo predominantemente perceptivo.

dos protótipos sociais<sup>(9)</sup> só pode, assim, ser explicada em termos de uma dinâmica social que produz essa diferença.

### 1.3 *A organização inter-categorial no seio do modelo representacional*

Uma categoria pode ser representada cognitivamente como um conjunto de atributos semânticos (Smith, Shoben e Rips, 1974) mas esses atributos só têm uma significação quando comparados aos de outras categorias. No que respeita, especificamente, às sociais, a sua existência só pode ser perspectivada no interior de uma estrutura que representa um ou vários aspectos da própria dinâmica social. Ainda noutros termos, só é possível perspectivarmos uma categoria social no seio de um modelo cognitivo (Palmer, 1978) que representa pelo menos uma parte de uma estrutura social. Um tal modelo será constituído pelos atributos das diferentes categorias e por uma rede de relações estabelecidas entre essas categorias. Com base nesta lógica, a significação de uma categoria é construída, por um lado, através das suas relações com a totalidade das outras categorias existentes no modelo e, por outro, através dos atributos que a compõem e, nomeadamente, dos prototípicos. Em última análise, *uma representação social é um sistema de relações entre conjuntos de atributos semânticos* (Marques, 1983). Por exemplo: mesmo se formos capazes de «reconhecer» uma série de características (atributos) num grupo social (digamos, os «Desempregados») só lhes poderemos atribuir em função do conjunto de todas as categorias que no campo cognitivo estão referidas ao que poderia ser o *nó causal* «Desemprego» (cfr. Tajfel, 1972). É, então, em função da totalidade do *modelo* que podemos avaliar e descrever o «grupo social» tal como ele se constitui semanticamente.

(9) E é a este nível que, segundo pensamos, podem ser articuladas as componentes comportamental e simbólica de que fala Moscovici a propósito das representações sociais.

\*  
\*  
\*

O estudo empírico que apresentamos inscreve-se numa tentativa de análise das representações sociais segundo a óptica acima exposta. Esperamos que possa mostrar a utilidade dessa perspectiva para o estudo da vertente mais cognitiva dessa noção. Na prática, trata-se de tentar compreender o modo pelo qual uma representação social — *enquanto conjunto articulado de categorias semânticas que fornece aos indivíduos um modelo descritivo, explicativo e justificativo de uma determinada estrutura de relações sociais* — pode definir a localização de um grupo no seio dessa estrutura.

## 2. MÉTODO

### 2.1 *Sujeitos*

São entrevistados 240 sujeitos de ambos os sexos e com idades compreendidas entre 19 e 25 anos. 109 sujeitos são do sexo masculino e os restantes 132 do sexo feminino. Os sujeitos são estudantes finalistas de Psicologia e de Medicina. Do total dos sujeitos, 71 afirmam não conhecer pessoalmente ninguém em situação de desemprego.

### 2.2 *Procedimento*

Os sujeitos são entrevistados em pequenos grupos que variam entre 3 e 10 pessoas. As respostas são dadas na presença do entrevistador e são recolhidas através de um questionário de «associação livre».

### 2.3 *O questionário*

O questionário utilizado para a recolha dos conteúdos semânticos é composto de 4 palavras-estímulo e de algumas outras questões de controlo de que não trataremos aqui. Já que todos os sujeitos são supostos responder a todas as palavras-estímulo, a ordem de apresentação é permutada, o que leva à cons-

tuição de 24 formas do questionário (4!). Cada uma das 24 versões é apresentada a 10 sujeitos. Os estímulos são os seguintes<sup>(10)</sup>:

Quando pensa na palavra *Desemprego* pensa também em: (I)

Como descreveria os *Desempregados em geral*? (II)

Em sua opinião quais são as *Causas pessoais* que podem levar uma pessoa ao desemprego? (III)

Conhece alguém que esteja actualmente desempregado? Como descreveria essa pessoa? (e se conhece várias pessoas nessa situação escolha a que conhece melhor). (IV)

Sabendo-se que os sujeitos respondem frequentemente às tarefas de «associação livre» utilizando pequenas frases é-lhes deixada manifestamente essa possibilidade.

#### 2.4 A codificação das associações

A partir do total de associações fornecidas pelos sujeitos são feitas duas triagens. O procedimento utilizado na fase de codificação é idêntico ao proposto por Rosenberg e Jones (1972), para o tratamento do mesmo tipo de material:

- a) transformação de todos os adjectivos em substantivos;
- b) transposição de todos os substantivos para o género masculino e modo singular;
- c) transformação dos sinónimos na forma mais frequentemente utilizada pelos sujeitos no interior de cada dicionário;
- d) transformação das formas negativas na forma mais simples e codificação dessas formas através do sinal «-»;
- e) abreviação de algumas frases sob uma palavra-código.

Em seguida:

- f) são eliminadas todas as palavras enun-

ciadas uma só vez em cada dicionário, de modo a que um possível efeito geral de ordem de apresentação dos estímulos seja reduzido;

- g) para assegurar um consenso intersujeitos que possibilite o tratamento dos dados, são suprimidas todas as palavras com frequência global inferior a 10.

É obtido um total de 113 itens, correspondentes a 1176 ocorrências para «Desemprego», 1052 para «Desempregados», 988 para «Causas Pessoais» e 516 para «Pessoa Conhecida», o que corresponde a um total de 3732 ocorrências.

Após estas 7 operações as palavras são ordenadas alfabeticamente e as suas frequências parciais (por dicionário) são submetidas à Análise Factorial de Correspondências (Benzécri, 1973; Lebart e Morineau, 1982). A ordenação alfabética, a contagem de frequências e o cálculo dos índices de semelhança global entre dicionários são feitos através do programa TIN (Di Giacomo, 1981).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 A estrutura dimensional dos estímulos

A Análise Factorial de Correspondências extrai 3 factores informativos e que explicam a inércia total da matriz (Quadro II).

Como podemos ver no Quadro 2, cada um dos 3 factores tem uma contribuição considerável à organização do espaço semântico. O decréscimo homogêneo dos valores próprios ( $\lambda_1 = .30$ ;  $\lambda_2 = .21$ ;  $\lambda_3 = .13$ ) em relação a uma inércia total de .64 indica que a estrutura factorial é hierárquica. No espaço dos estímulos deve notar-se a oposição principal entre «Desemprego» e «Causas Pessoais do Desemprego» (CTR% = 36, F = -.58; CTR% = 25, F = .82; respectivamente). No interior desta oposição principal, o segundo factor mostra uma outra: «Desemprego» versus «Desempregados» - «Pessoa conhecida» (CTR% = 28, F = -.43; CTR% = 25, F = -.43; CTR% = 34, F = .71; respectivamente). Por fim, o terceiro factor opõe «Pessoa Conhecida» (CTR% = 52, F = -.69) a «Desempregados» (CTR% = 44, F = .45). Este

(10) Traduzidas do francês, já que os dados foram recolhidos na Bélgica. A tradução das palavras pode ser considerada «livre». Os resultados originais podem ser consultados em Marques (1983).

QUADRO II

	FACTOR 1 $\lambda=.30$ T%=.47			FACTOR 2 $\lambda=.21$ T%=.33				FACTOR 3 $\lambda=.13$ T%=.20			
	F	CTR%	CO <sup>2</sup>	F	CTR%	CO <sup>2</sup>	QTL	F	CTR%	CO <sup>2</sup>	QTL
I	-.58	36	.63	-.43	28	.34	.97	-.12	4	.03	1.00
II	-.17	3	.07	.43	25	.45	.52	.45	44	.48	1.00
III	.82	60	.87	-.32	13	.13	1.00	.04	0	0.00	1.00
IV	.10	0	.01	.71	34	.50	.51	-.69	52	.49	1.00

Quadro 2 — Organização dimensional dos 4 estímulos pela análise de correspondências.

sistema de oposições entre os 4 estímulos é clarificado pela organização dimensional das associações.

### 3.2 A estrutura dimensional das associações

O Quadro 3 mostra as associações com

maiores contribuições para a inércia do Factor I. O somatório dessas contribuições equivale a 71% da inércia desse factor ( $\lambda=.30$ ), ou seja, a 33% da inércia total. Como se pode ver ainda nesse quadro, as palavras com coordenadas factoriais positivas correspondem ao estímulo «Causas Pessoais» e as palavras com coordenadas factoriais negativas, ao estímulo «Desemprego» (cfr. Quadro III).

QUADRO III

(CAUSAS PESSOAIS)	F	CTR%	CO <sup>2</sup>	(DESEMPREGO)	F	CTR%	CO <sup>2</sup>
Conhec. linguísticos	1.25	1.4	.91	Oportunismo	.36	1.3	.27
Saída profissional	1.21	4.5	.90	Depressão	.40	1.6	.84
Experiência	1.13	2.0	.78	Infelicidade	.49	1.0	.22
Maus exemplos	1.13	1.1	.83	Inutilidade	.55	1.5	.93
Relações	1.10	3.1	.76	Abuso	.67	1.1	.72
Doença	1.09	5.9	.80	Pobreza	.74	2.1	.60
Incompetência	1.06	3.9	.95	Crise	.74	2.8	.59
Dinamismo	.99	1.2	.94	Trabalho	.76	1.2	.48
Iniciativa	.81	1.4	.93	Vergonha	.78	1.1	.84
Formação	.80	8.4	.92	Tempo livre	.80	5.4	.63
Força de vontade	.79	2.6	.99	Sociedade	.84	1.0	.83
Querer trabalhar	.71	2.2	.93	Marcar ponto	.85	2.8	.52
Determinação	.64	1.0	.76	Fila	1.04	2.4	.57
Incapacidade	.63	1.2	.91				
Ter filhos	.62	1.0	.49				
Preferir ficar em casa	.58	1.1	.72				
Vantagem	.56	1.1	.98				
Facilidade	.53	1.3	.76				
Falta de trabalho	.40	1.1	.64				

Quadro 3 — Associações com mais fortes contribuições para a inércia do primeiro factor (33% da inércia total)

O Factor I parece reflectir uma oposição fundamental entre o nível «sociológico» («Desemprego») e o nível «psicológico» («Causas Pessoais») — cfr. também Quadro III). As associações ligadas a Causas Pessoais parecem constituir uma lista de *atribuições causais* (cfr. Marques e Sousa, 1983), na sua maioria disposicionais. No entanto, algumas de entre elas são situacionais e mostram fortes contribuições para a inércia. É este, por exemplo, o caso de *Doença* (CTR%=5.9), ou de *Saída Profissional* (CTR%=4.5). O conteúdo de «Causas Pessoais» parece reflectir aquilo que para os sujeitos são as causas individuais — psicológicas, situacionais ou fatalistas (cfr. Furnham, 1982) — do desemprego.

Dada a ortogonalidade axial da análise de correspondências (Benzécri, 1973, 1982), a oposição «Causas Pessoais» versus «Desemprego» no Factor I parece mostrar que é através da relação entre esses aspectos macro-sociais e individuais, psicológicos ou externos, que os sujeitos estabelecem o *background* em que, em seguida, posicionam as componentes pessoais, individual e grupal, da representação («Pessoa Conhecida» e «Desempregados»)(11). Os Quadros IV e V mostram as associações com maiores contribuições para as inércias dos factores II e III respectivamente ( $\lambda^2=.21$  e  $\lambda^2=.13$ ). As associações com maiores contribuições para as inércias do Factor II explicam 78% da variância desse factor. A

QUADRO IV

(DESEMPREGADOS)	F	CTR%	CO <sup>2</sup>	(DESEMPREGO)	F	CTR%	CO <sup>2</sup>
Inteligência	1.56	4.7	.39	Dinheiro	.33	1.1	.36
Amabilidade	1.56	3.2	.39	Doença	.54	2.1	.20
Simpatia	1.51	3.9	.44	Aborrecimento	.57	2.1	.20
Dinamismo	1.39	2.8	.63	Pobreza	.59	1.9	.38
Querer trabalhar	1.37	3.2	.67	Crise	.60	2.5	.38
Determinação	1.24	2.6	.58	Relações	.61	1.3	.23
Coragem	1.18	4.4	.65	Problema	.67	1.5	.67
Felicidade	.99	1.8	.91	Marcar ponto	.72	2.9	.37
Satisfação	.96	3.8	.94	Falência	.72	1.5	.88
Fatalismo	.88	1.3	.97	Trabalho	.73	1.6	.44
Revolta	.85	1.3	.89	Trabalho negro	.78	2.7	.69
Solidão	.84	1.2	.48	Sindicato	.79	1.1	.93
Agressividade	.80	1.2	.48	Mecanização	.86	1.1	.93
Lamentável	.75	1.0	.57	Fila	.86	2.2	.39
Vítima	.75	1.0	.57				
Procurar trabalho	.71	3.1	.73				
Desilusão	.68	1.5	.63				
Angústia	.57	2.5	.65				
Infelicidade	.49	1.5	.22				
Procurar trabalho	.46	1.0	.74				
Marginalidade	.40	1.0	.24				
Oportunismo	.33	1.6	.24				

Quadro IV — Associações com mais fortes contribuições à inércia do segundo factor (26% da inércia total).

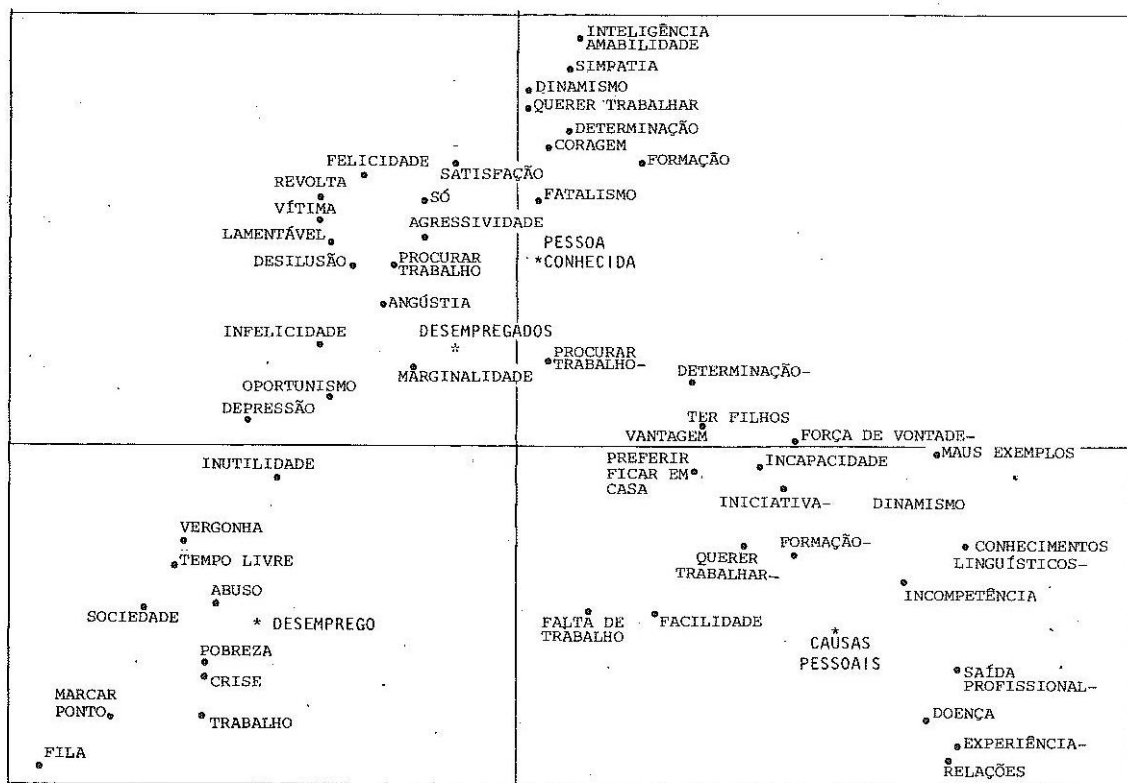
(11) Convém salientar que o conteúdo de «Causas Pessoais», sendo formado na sua maior parte, por itens de carácter «psicológico» não é considerado «pessoal», já que esses itens não são, em princípio, directamente aplicados nem ao grupo nem aos indivíduos particulares. Este dicionário poderá, então, corresponder realmente a um

«esquema causal» (Kelley, 1972; cfr. Marques e Sousa, 1983). Se compararmos as associações feitas a «Causas Pessoais» com as características em maior correspondência com «Pessoa Conhecida», vemos que esse «esquema causal» parece ser indirectamente aplicado a estas últimas, com uma conotação positiva.

oposição principal a ter em conta no Factor II («Desempregados» e «Pessoa Conhecida» *versus* «Desemprego») parece ser o resultado de uma distinção feita pelos sujeitos entre a componente «pessoal» e «impessoal» da representação. Esta distinção é ortogonal à oposição «social» *versus* «psicológico» operada pelo Factor I. A oposição «pessoal» — «impessoal» parece tanto mais clara quanto é o dicionário «Pessoa Conhecida» aquele que mostra uma maior oposição a «Desemprego» neste factor.<sup>(12)</sup>

A categoria social «Desempregados» é caracterizada por este factor sobretudo em função do que poderemos considerar como as conse-

quências psicológicas da dinâmica descrita pelo Factor I, ou a manifestação dessa dinâmica nos indivíduos (cfr. Quadro V). É de notar, no entanto, que se distinguem dois sub-grupos de atributos quanto ao seu valor conotativo, no pólo positivo deste segundo factor — um, que parece reflectir um estado de conformismo ou de passividade, outro que, pelo contrário, parece traduzir uma reacção «socialmente desejável» à situação. No primeiro caso encontramos os atributos que estão mais próximos de «Desempregados». No segundo caso, os que estão em maior correspondência com «Pessoa Conhecida». A Figura 1 ilustra este fenómeno.



«Desempregados» e «Pessoa Conhecida» são definidos no interior da inércia do Factor I (Factor II), ou seja, estão igualmente inseridos numa estrutura social e psicológica mais ou menos geral. Tal facto não traduz, no entanto, uma identidade absoluta. É o que mostra o Factor III (Quadro V).

Embora as pessoas conhecidas dos sujeitos sejam identificadas socialmente como membros do grupo dos «Desempregados» (e, logo, tenham, obrigatoriamente, algumas das características desse grupo) elas são, para os sujeitos, exemplares atípicos dessa categoria. Possuindo atributos de «Desempregados» (como o mostra o seu posicionamento no pólo positivo do Factor II), as «pessoas conhecidas» dos sujeitos possuem também outros

(12) Deixamos ao leitor interessado o trabalho de analisar as associações dos quadros III, IV e V.



QUADRO V

(DESEMPREGADOS)	F	CTR%	CO <sup>2</sup>	(DESEMPREGADOS)	F	CTR%	CO <sup>2</sup>
Perdido	.81	1.5	.59	Procurar trabalho	.34	1.2	.17
Infelicidade	.78	6.1	.56	Entretenimento	.36	1.3	.38
Vítima	.70	4.9	.44	Dinheiro	.37	2.3	.46
Pouca sorte	.54	3.8	.63	Formação	.39	1.5	.64
Oportunismo	.47	3.8	.63	Marcar ponto	.40	1.5	.12
Marginalidade	.44	2.0	.49	Problema Família	.43	1.1	.60
Desilusão	.43	1.0	.26	Despedimento	.48	1.1	.46
				Solidão	.59	1.3	.44
				Ter crianças	.64	2.4	.51
				Só	.84	1.9	.48
				Coragem	.86	3.7	.35
				Querer trabalhar	.96	2.5	.33
				Determinação	1.05	3.0	.41
				Dinamismo	1.07	2.7	.33
				Simpatia	1.70	7.8	.56
				Amabilidade	1.94	7.9	.61
				Inteligência	1.94	11.9	.61

Associações com mais fortes contribuições à inércia do terceiro factor (16% da inércia total)

com fraca correspondência a esse estímulo.

Esta «atipicidade» poderá ser explicada em termos da distinção entre a categorização ao nível «intergrupala» e a categorização ao nível «intragrupala», feita por Tajfel (1982). Enquanto que o julgamento feito sobre o grupo tende a aumentar as semelhanças entre os seus membros e logo, a descrever uma abstracção categorial (um protótipo), o julgamento interindividual tem como objecto uma instância concreta que pode ser mais ou menos independente da sua categoria de pertença. O recurso ao protótipo será tanto maior quanto a informação disponível sobre esa instância é menor. Tratando-se de indivíduos conhecidos dos sujeitos é natural que estes não necessitem de recorrer à informação categorial, já que possuem suficiente informação episódica acerca desses indivíduos. No entanto, essa informação episódica é complementada por informação categorial. Ou seja, embora atípicas da categoria, essas pessoas são julgadas como suas instâncias e logo, também, em função de toda a dinâmica traduzida pela representação. É essa dinâmica, aliás, que os leva a distinguirem-se dos «exemplares prototípicos» da categoria — o grupo «Desempregados».

Como conclusão da análise dos resultados,

dois aspectos devem ser postos em evidência.

Por um lado, o facto de que a categoria social «Desempregados» parece resultar de um sistema geral e abstracto de crenças sobre as causas individuais do «Desemprego» articulado com a descrição do contexto socio-económico e institucional em que se «produz» o fenómeno «Desemprego».

Por outro lado, o facto de que a «atipicidade» das «pessoas conhecidas» em relação à categoria dos «Desempregados» pode significar que, para os sujeitos, essas pessoas têm uma relação algo semelhante à generalidade dos «desempregados» com a estrutura social posta em evidência pelo primeiro factor. No entanto, essa situação não é idêntica à destes últimos. Esta não-identidade parece ser determinada fundamentalmente pelos factores psicológicos que ocorrem em «Causas Pessoais». Se compararmos os atributos psicológicos deste dicionário com os de «Pessoa Conhecida» poderemos, de facto, aperceber-nos da oposição valorativa entre ambos.

Ainda uma última consideração se impõe.

A representação obtida corresponde a um modelo organizado primeiro em torno de uma oposição básica entre o «social» e o

«psicológico», segundo da oposição «pessoal-impessoal», e por fim, da oposição entre o «individual» e o «grupal». Este sistema pode ser considerado como o *background* (ou o *campo* - Moscovici, 1961) da representação do «desemprego» que obtivemos. Uma vez integradas neste sistema tri-dimensional as categorias definem-se por um conjunto de inter-relações. Se olharmos para a Figura 1 poderemos supor que para os sujeitos o «grupo» é visto como a interface entre o «social-impessoal» e o «psicológico-pessoal». Noutros termos é o «grupo» que medeia entre a sociedade «abstracta» e as pessoas concretas. Mas o grupo, os indivíduos, e a «sociedade» são interdependentes. O estatuto atípico dos atributos mais frequentes de «Pessoa Conhecida» parece suportar a ideia apresentada na Introdução. De facto, poderemos supor que o julgamento destas pessoas esteja submetido a uma pressão normativa menor (e/ou diferente) do que o julgamento da categoria abstracta. Do ponto de vista que nos interessa, que é o da abordagem das representações sociais enquanto estruturas cognitivas, os resultados parecem suportar a possibilidade de pôr em estudo a hipótese geral que apresentamos na Introdução.

Uma tal linha de estudo parece útil na medida em que permitirá uma análise dos aspectos estruturais comuns às representações sociais. Esta análise parece-nos imprescindível para que se possa ultrapassar o carácter puramente descritivo dos estudos empíricos ligados a esta noção. Uma das vias de estudo a prosseguir será, nomeadamente, a análise das condições de mudança de uma representação social, baseada no conhecimento da sua organização semântica.

## RESUMO

*Neste artigo é proposta uma análise cognitiva da estrutura das representações sociais. É apresentada uma análise do espaço semântico constituído com base nas associações fornecidas pelos sujeitos a 4 palavras-estímulo ligadas à problemática do desem-*

*prego. É focado o posicionamento da categoria social «Desempregados» no seio da estrutura social representada e a comparação dos atributos prototípicos dessa categoria com os traços mais frequentemente atribuídos a indivíduos que os sujeitos conhecem pessoalmente e que estão em situação de desemprego aquando do inquirido. Os resultados indicam que estes indivíduos, embora julgados como membros da categoria, são considerados como exemplares atípicos dessa categoria. Os dados são interpretados em termos da possibilidade de desenvolvimento de um modelo estrutural que permita o estudo das representações sociais enquanto unidades de memória semântica referidas ao tratamento da informação social.*

## ABSTRACT

*A cognitive analysis of the structure of social representation is proposed in this article. The analysis of the associations induced by means of 4 stimulus words related to the problem of unemployment is presented. The position of the «Unemployed» as a cognitive category in the represented social structure is analyzed in terms of its psychological and institutional backgrounds as inferred by the subjects. The group's prototypical attributes are compared to those most frequently attributed to persons well known by the subjects. These persons were unemployed at the time of the inquiry. The results suggest that, although these persons are considered to be category members, they are judged atypical in light of the category's prototypical attributes. These data are interpreted in terms of the possibility of developing a structural model for studying social representations as units of semantic memory applied to the processing of social information.*

## BIBLIOGRAFIA

- ASHMORE, R. & DEL BOCA, F. (1981) — Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. Hamilton (Ed.), *Cognitive Processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, J.J.: Erlbaum.
- BENZÉCRI, J.-P. (1973) — *L'Analyse des Données: L'Analyse des Données*. Paris: Dunod.
- BENZÉCRI, J.-P. (1982) — *Histoire et Pré-Histoire de l'Analyse des Données*. Paris: Dunod.
- BOURNE, L., DOMINOWSKI, R. & LOFTUS, E. (1979) — *Cognitive processes*. Englewood-Cliffs, J.J.: Prentice-Hall.
- DI GIACOMO, J.-P. (1980) — Intergroup alliances and rejections within a protest movement. *European Journal of Social Psychology*, 10: 329-344.
- DI GIACOMO, J.-P. (1981) — *Représentations Sociales et Comportements Collectifs*. Tese de Doutorado. Louvain-la-Neuve: U.C.L.
- FURNHAM, A. (1982) — Explanations for unemployment in Britain. *European Journal of Social Psychology*, 12: 335-352.
- HAMILTON, D. (1979) — A cognitive attributional analysis of stereotyping. In L. Berkowitz (Ed.) *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 12). New York: Academic Press.
- HAMILTON, D. (1981) — Illusory correlation as a basis for stereotyping. In D. Hamilton (Ed.) *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- HAMILTON, D. & GIFFORD, R. (1976) — Illusory correlation in interpersonal perception. *Journal of Experimental Social Psychology*, 12: 392-407.
- HERZLICH, C. (1972) — La Représentation Sociale. In S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale* (Vol. 1). Paris: Larousse.
- KAHNEMAN, D. & TVERSKY, A. (1974) — Subjective probability: a judgment of representativeness. *Cognitive Psychology*, 3: 430-454.
- KELLEY, H. (1972) — Causal schemata and the attribution process. In E. Jones, D. Kanouse, H. Kelley, R. Nisbett, S. Valins & B. Weiner (Eds.) *Attribution: perceiving the causes of behavior*. Morristown: General Learning Press.
- LEBART, L. & MORINEAU, A. (1982) — *SPAD: Système Portable pour l'Analyse des Données*. Paris: Cujas.
- LEYENS, J.-Ph. (1983) — *Sommes-nous tous des Psychologues?* Bruxelles: Mardaga.
- LINDSAY, P. & NORMAN, D. (1977) — *An introduction to psychology*. New York: Academic Press.
- MARQUES, J. (1983) — *Des Structures cognitives aux Représentations Sociales*. Tese de Licenciatura Complementar. U.C.L.
- MARQUES, J. & SOUSA, E. (1983) — A Teoria da Atribuição: para uma análise do «Senso-Comum». *Psicologia*, 3: 119-144.
- MIGUEZ, J. (1984) — *Absences, absences volontaires, absentismes: de la problématique à la méthodologie*. Tese de Doutorado. U.C.L.
- MOSCOVICI, S. (1961) — *La Psychanalyse: son image et son public*. Paris: P.U.F.
- MOSCOVICI, S. (1982) — On social representations. In J. Forgas (Ed.) *Social cognition: perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press.(a)
- MOSCOVICI, S. (1982) — The coming era of social representations. In J.-P. Codol & J.-Ph. Leyens (Eds.) *Cognitive analysis of social behavior*. London: Nijhoff.(b)
- NISBETT, R. & ROSS, L. (1980) — *Human inference: strategies and shortcomings of social judgment*. Englewood-Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- PALMER, S. (1978) — Fundamental aspects of cognitive representation. In E. Rosch & B. Lloyd (Eds.) *Cognition and categorization*. Hillsdale, J.J.: Erlbaum.
- RIPS, L., SHOBEN, E. & SMITH, E. (1973) — Semantic distance and the verbalization of semantic relations. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 12: 1-20.
- ROSCH, E. (1973) — On the internal structure of perceptual and semantic categories. In T. Moore (Ed.) *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press.
- ROSCH, E. (1977) — Human categorization. In N. Warren (Ed.) *Studies in cross-cultural psychology* (vol. 1). London: Academic Press.
- ROSCH, E. (1978) — Principles of categorization. In E. Rosch & B. Lloyd (Eds.) *Cognition and categorization*. New York: Wiley.
- ROCH, E. & MERVIS, C. (1975) — Family resemblances: studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, 7: 573-605.
- ROSENBERG, S. & JONES, R. (1972) — A method for investigating and representing a person's implicit theory of personality: Theodore Dreiser's view of people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22: 372-386.
- SHERIF, M., HARVEY, O., WHITE, B., HOOD, W. & SHERIF, C. (1961) — *Intergroup conflict and cooperations: The Robbers Cave Experiment*. Norman, Okla.: Institute of Group Relations.
- SHERIF, M. & SHERIF, C. (1969) — *Social Psychology*. New York: Harper and Row.

- SMITH, E., SHOEN, E. & RIPS, L. (1974) — Structure and process in semantic memory: a featural model for semantic decisions. *Psychological Review*, 81: 214-241.
- TAJFEL, H. (1972) — La Catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.). *Introduction à la Psychologie sociale* (vol. 1). Paris: Larousse.
- TAJFEL, H. (1978) — *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.
- TAJFEL, H. (1981) — *Human groups and social categories*. London: Cambridge University Press.
- TAJFEL, H. (1982) — Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33: 1-40.
- TAJFEL, H. & FORGAS, J. (1982) — Social categorization: cognitions, values and groups. In J. Forgas (Ed.). *Social cognition: perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press.